



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos.

Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 27ª audiência pública desta comissão, no ano de 2021, com a quinta temática aos PLs 669/2021, do Executivo, Sr. Ricardo Nunes, que estima receita e fixa despesa do município de São Paulo para o exercício de 2022, LOA; e 676/2021, do Executivo, Sr. Ricardo Nunes, que dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2022-2025, PPA. Terá, como tema, a Secretaria Municipal das Subprefeituras, Serviço Funerário, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; e Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma presencial e virtual; e está sendo transmitida, ao vivo, pelo endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online) e também pelo YouTube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial do Município* desde o dia 21 de outubro de 2021, e foi publicada nos jornais *Agora*, em 22 de outubro de 2021 e *Folha de S.Paulo*, nos dias 23 de outubro de 2021 e 25 de outubro de 2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 22 de outubro de 2021, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual); e presencialmente, junto à Secretaria desta comissão, [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); e pelo canal da Câmara Municipal, no YouTube, [www.YouTube.com/camarsaopaulo](http://www.YouTube.com/camarsaopaulo).

As demandas podem ser entregues junto à Secretaria da Comissão ou encaminhar sua manifestação, por escrito, por meio do formulário disponível, em [www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2022-participe-PPA-orcamento2022](http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2022-participe-PPA-orcamento2022); ou pelo *e-mail*. Pelo *e-mail* - é mais fácil e mais razoável, penso eu - [financas@saopaulo.sp.leg.br](mailto:financas@saopaulo.sp.leg.br).

Informo também que todas as audiências públicas realizadas por esta comissão poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente, nos locais previamente agendados e divulgados, onde o acesso do público, em geral, Câmara Municipal de São Paulo,

será permitido, mediante o uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e o segundo cronograma vacinal municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme o artigo 2º do ato nº 1.504, de 2 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1.523, de 20 de outubro de 2021.

Informamos também que hoje, com início às 12h, neste Salão Nobre, esta comissão realiza audiência pública ao PLO 07/2021, de autoria do Executivo, Sr. Ricardo Nunes, Prefeito, que estabelece regras do Regimento Próprio de Previdência Social do Município, de acordo com a emenda à Constituição Federal 103, de 12 de novembro de 2019, Sampaprev 2. E amanhã, quinta-feira, dia 11 de novembro de 2021, realizaremos a sexta audiência pública temática do orçamento 2022 e PPA 2022-2025, a partir das 10h, no Salão Nobre João Brasil Vita, neste salão, no 8º andar, e pelo auditório virtual, pelo aplicativo Microsoft Teams. O tema será Secretaria Municipal de Habitação, a Cohab, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; e Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras e a Sra. Ana Carolina Nunes Lafemina, Secretária Adjunta.

Obrigado, Sr. Secretário. Pode compor a mesa conosco.

O Sr. Pedro Henrique Dias Barbieri, Superintendente do Serviço Funerário do município de São Paulo está presente e pode compor a mesa conosco. Vieram também os Srs. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, SP Obras, *on-line*; Cesar Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que estará acompanhado do Sr. Roberto Baviera, Chefe do Gabinete; do Sr. Francinaldo da Silva, coordenador da Administração e Finanças, todos *on-line*.

Estão participando também os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral. O Sr. Samuel Ralize de Godoy, sempre presente, está representando a Secretaria da Fazenda.

Temos aqui a presença do Vereador Isac Felix.

Foi designado, com a anuência de todos os Vereadores, o Vereador Atilio Francisco, como relator do orçamento geral; e a Vereadora Janaína Lima, para relatoria do PPA. Se estivessem aqui, anunciariam a sub-relatoria de Cultura do LOA para a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico; e o PPA terá uma sub-relatoria de Cultura, para assuntos da Cultura, para o tema da Cultura, com o Vereador Dr. Sidney Cruz.

Muito obrigado a todos os presentes.

Na fala do Sr. Secretário Alexandre Modonezi, a gente já abre as inscrições presenciais. Sr. Secretário, obrigado pela presença. Se o Sr. Secretário for muito objetivo e rápido, a gente permite a reabertura para a próxima fala.

Tem a palavra o Sr. Secretário Alexandre Modonezi, da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Nobre Vereador Isac Felix, o seu requerimento implicou em resultados objetivos.

Tem a palavra o nobre Vereador Isac Felix.

**O SR. ISAC FELIX** – Trinta por cento dos resultados.

Sr. Presidente, bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o Sr. Secretário Modonezi; e Sr. Pedro, do Serviço Funerário; demais secretários que está *on-line*.

Sr. Secretário, estou justificando aqui o meu requerimento. Fui Secretário. Poderiam estar presentes aqui, nas audiências, ou mandasse um representante, porque há Secretário, Secretário Adjunto e Chefe de Gabinete; e há carros em todas as secretarias oficiais. Então, um dos requerimentos foi nessa questão, porque já houve várias audiências aqui sem a presença dos Secretários. Agradeço a presença de S.Exas. e dos senhores presentes, e espero que possamos realizar um bom trabalho, sempre pensando no bem-estar desta Cidade de dessa população tão sofredora da nossa Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra o Sr. Secretário Alexandre Modonezi,

**O SR. ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE** – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente e nobre Vereador Isac Felix. É um prazer vir aqui falar sobre a questão orçamentária.

Esta Cidade passa por esse processo de pandemia; e o orçamento do ano que vem é o primeiro orçamento de um período pós a pior fase da pandemia, com todas as dificuldades que todo mundo viveu nessa pandemia. O orçamento que foi apresentado na LOA 2022 preserva o valor financeiro que a Secretaria de Subprefeituras tem tido para o cuidar da Cidade.

Se nós olharmos as dotações de zeladoria da cidade de São Paulo, a que item conservação de logradouros, áreas verdes, sistema de drenagem e a parte de poda de árvore, todas as dotações principais utilizadas pela secretaria, na zeladoria da Cidade, elas foram preservadas nos valores. Isso indica que a gente vai continuar conseguindo ter as equipes de zeladoria na Cidade e manter o trabalho que tem sido realizado. É lógico que o desejo é que a gente possa ter mais; mas a gente sai de um período pandêmico, quando houve toda uma atividade econômica da Cidade fechada. É uma boa sinalização, de que a gente vai conseguir manter o trabalho realizado. Nos últimos anos, a gente teve um incremento. Aumentou-se o recurso que é utilizado na zeladoria significativamente. Nós conseguimos sair de algo próximo de 500 milhões de reais para hoje 1,06 bilhão de reais na Cidade, distribuído nas 32 subprefeituras. Isso realmente proporcionou uma melhora no serviço de zeladoria. A zeladoria é um serviço que mais rapidamente chega à população. É aquele que limpa o córrego, é aquele que refaz um trajeto onde há buraco, é o que dá a sensação de uma Cidade cuidada.

Então, a gente poder ter esses recursos para o ano que vem sinaliza a continuidade do serviço. É a preocupação que o Sr. Prefeito Ricardo Nunes tem; e eu acredito que a gente vai conseguir melhorar o trabalho prestado pela zeladoria, que foi realizado no período da pandemia.

Com relação a outras dotações, são dotações que acabam passando pelo ano, como algumas coisas de intervenção local, obras, e esses recursos acabam tendo outra disponibilidade de caixa da Prefeitura. Historicamente esses recursos acabam tendo menos liberação do que os recursos de zeladoria para as equipes; mas eu acredito que, durante o ano, com a melhora do quadro econômico, a gente consiga ter também uma liberação melhor desses recursos.

Sr. Presidente, no geral, é isso. Eu deixo aberta a questão para dúvidas e questionamentos da população. Estou aqui à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – São 854 milhões orçados em 2021. É isso? Houve um aporte, indo para, indo para 988, no decorrer do período, até setembro de 2021. Cresceu, mas o liquidado está quase a metade? Houve um crescimento de 30%. Obviamente há inflação para 2022. Para a questão do orçado, do aporte e do liquidado, fica uma pergunta do que se trata para as considerações finais.

Nós vamos abrir a palavra agora.

Havia o Serviço Funerário, mas consideramos que tínhamos de trazer novamente essa pasta, porque está vinculada diretamente a Secretaria de Subprefeituras.

Tem a palavra o Sr. Pedro Henrique Dias Barbieri, Superintendente do Serviço Funerário do município de São Paulo. Seja bem-vindo e muito obrigado.

**O SR. PEDRO HENRIQUE DIAS BARBIERI** – Bom dia, Sr. Presidente e nobre Vereador Isac Felix. Bom dia, Sr. Secretário e demais Secretários que estão participando. Tudo bem?

Bom, nossa proposta foi enviada em 4% menor do que a do ano passado.

Como foi bem falado pelo Sr. Presidente, na última audiência da semana passada, o motivo de ter enviado 4% menor é decorrente da vacinação. A gente tinha colocado um orçamento maior, por conta de se estar prevendo uma segunda onda. Tendo em vista o grande avanço da vacinação e tendo em vista a diminuição da pandemia, a gente refez esse orçamento para o ano que vem, já imaginando que não vamos precisar de um aporte maior para isso.

Mantivemos um *superávit* na autarquia, de quase trinta milhões. Então, a autarquia se banca completamente. Então, esses 162 milhões é a parte só de orçamento mesmo. Não precisaria nada de um aporte da Prefeitura, perto de 162 milhões.

Dentro desse orçamento, o que se consta? Manutenções dos cemitérios, demais despesas, despesas pessoais, despesas de transportes, de revenda dos cemitérios, ponto que já falei, para o bom atendimento aos munícipes e também o bom trabalho dos nossos funcionários. Não houve grande alteração de um ano para o outro, tirando essa parte da pandemia.

Estou aberto aqui para qualquer dúvida. Estou à disposição também da população aqui.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sr. Pedro. São 160 milhões orçados. Atualizou-se, em setembro, com 228 milhões e se liquidou com 130. Quero continuar entendendo por que há aporte e pouca liquidação. Trata-se de uma empresa mista. OK? E para a proposta para 2022, há menos 4%. São as privatizações e as terceirizações? O que está previsto? (Pausa) É autarquia. OK. Aqui a gente discute o que sai das receitas, o que sai dos cofres públicos. OK?

Tem a palavra o Sr. Marcos Monteiro, de forma híbrida, da Secretaria de Infraestrutura e Obras.

**O SR. MARCOS MONTEIRO** – Bom dia, Sr. Presidente, nós, da Secretaria de Infraestrutura e Obras, temos grandes desafios pela frente. Por isso, nós tivemos um acréscimo previsto de orçamento para o próximo ano, e algumas características dessas novas atividades é principalmente o fato de que o grande trabalho nosso é envolvido com a construção civil. A Cidade entende, o Executivo entende a importância da construção civil e da melhoria do emprego e da melhoria da renda dos trabalhadores. Para isso, o setor de construção civil é bastante importante.

Outro objetivo, outra linha de atuação que nós temos seguido é o foco nas áreas periféricas. Então, os trabalhos de drenagem, os trabalhos em reservatórios e os trabalhos de pavimentação de novos viários estão sendo concentrados, principalmente nas áreas periféricas da Cidade.

Além disso, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras tem buscado uma aproximação com as demais Secretarias, aqui da Cidade, para que nós, como secretaria-meio, possamos auxiliá-los na execução das obras de responsabilidade de cada Secretaria.

Dentro desse trabalho conjunto, por exemplo, nós apresentamos, em parceria com o Governo do Estado, na semana passada, um programa bastante ambicioso de novas obras de mobilidade para o Município. Isso em conjunto com a Secretaria Municipal dos Transportes e

com a SP Trans. É um programa de 1,4 bilhões iniciais para as próximas obras. Por isso esse acréscimo de valores.

Mas dentro do Planejamento da Secretaria, a partir dos recursos dos fundos e das demais Secretarias, nós teremos grandes metas aí para o próximo ano, para o ano de 2022.

Fico à disposição para esclarecer dúvidas que os Vereadores ou a população possa ter. Obrigado, concluído.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Ok. Concluído. (Pausa)

Está meio confuso esse demonstrativo. A Secretaria de Obras, São Paulo, SP Obras não é?

**O SR. MARCOS MONTEIRO** - A SP Obras, Presidente, é uma secretaria ligada à Secretaria de Infraestrutura Urbana.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - É que da Infraestrutura não chegou, mas já está impresso aqui. Ok. Já está no grupo dos Vereadores da Comissão. Obrigado, Marcos Monteiro. Muito obrigado.

Chamo agora o Sr. Cesar Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Seja bem-vindo.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Bom dia, Presidente, bom dia Vereador Isac, Secretário Modonezi, Pedro, Secretário Marcos Monteiro. É um prazer estar em mais uma reunião com os senhores.

Eu vi que meus colegas não fizeram a apresentação. Preparamos uma, mas para seguir o tom da nossa reunião, vou falar rapidamente, e podemos discutir depois. A não ser que o Presidente considere que seja importante que façamos a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Vamos fazer. Está fácil, Secretário?

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Sim, está, só preciso que me autorizem a compartilhar, na tela, a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Positivo. Depois manda por *e-mail* para a nossa Comissão, por favor. Já estamos nos organizando.



**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Lógico, mando sim.

Só para ir contextualizando enquanto me liberam o acesso para o compartilhamento, Presidente, o Orçamento da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento é composto pela Fonte do Tesouro, pelos fundos das Operações Urbanas, pelo Fundurb, e também pelo Fundip, e a empresa SP Urbanismo que faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Compartilhei. Está aparecendo a apresentação na tela?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Tudo certo, Fernando? (Pausa) Estamos vendo sim.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Ok. Então nosso orçamento é formado por essas rubricas: Fonte do Tesouro, Fundip, que é por conta da iluminação pública, Fundurb, SP Urbanismo, que é uma empresa vinculada à Secretaria Municipal, onde é o poder de licenciamento, e as Operações Urbanas.

Presidente, o nosso Plano Plurianual, de Fonte do Tesouro, está previsto para o ano de 2022 ser de 135 milhões; em 2023, 142 milhões; 2024 são 144 milhões; e 2025, 146 milhões. Isso nós temos, abrindo esse orçamento, as despesas com custeios e investimentos. Isso para o ano de 2022. Dos 135 milhões, há 132 para custeio e 3,2 milhões para investimento aqui na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, isso com recursos oriundos do Tesouro.

Aqui eu abro um pouco o custeio para vocês terem a dimensão de onde está sendo empregado todos esses recursos. (Pausa) Estão me ouvindo? A conexão está ok?

**O SR. FERNANDO** - Estamos sim. Pode continuar.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Ok. Continuando então.

Aí nós temos os recursos do Fundo Municipal de Iluminação Pública, temos para o ano de 2022: 538 milhões; 2023 são 563 milhões; 2024 são 836 e 2025 são 867.

**O SR. FERNANDO** - Secretário, por favor, o senhor pode aumentar só um pouquinho sua tela, ali na porcentagem, nos 100%.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Melhorou? Aumentou? Já estou nos 175% de aumento na tela.

**O SR. FERNANDO** - Está ótimo. Obrigado.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - O Fundip é um recurso que tem de ser empregado exclusivamente para iluminação pública, ou seja, ele tem um destino vinculado para a prestação de serviços de iluminação pública e esse é o nosso recurso, oriundo do Fundip. Aqui está o nosso custeio. Nós temos despesas com pessoal. Isso tudo Fundip.

Agora vamos ao Fundurb, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que cuida dos recursos oriundos do pagamento de outorga onerosa da construção civil para a cidade de São Paulo.

Temos aí uma divisão por Secretaria, nós fazemos o gerenciamento desse fundo, destinando esse fundo para SMSub, para Sehab, para o Transporte, para a Siurb, Secretaria de Cultura, Secretaria do Verde e nós aqui, em Urbanismo e Licenciamento, usamos um pouco desse recurso também.

Para 2022, estamos prevendo o investimento de 492 milhões; para 2023 de 521 milhões; 2024, de 551 e 2025, de 582 milhões. Lembrando sempre que esses recursos não são executados pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Nós fazemos apenas o gerenciamento desses recursos transferindo-os, através das demandas, para as demais Secretarias que nos fazem a solicitação para o uso desses recursos.

A receita é dividida por Secretaria e está distribuída dessa maneira: a SMSub 155,8 milhões; Sehab, 150 milhões; Secretaria de Transportes 75,4 milhões; Siurb 68,185 milhões; Cultura 15 milhões; Secretaria do Verde e Meio Ambiente, 1,5 milhão; e nós aqui, em Urbanismo e Licenciamento, 26,5 milhões, totalizando 492, 475 milhões para o ano de 2022.

Nós temos aqui a divisão, em porcentagem, para que os Vereadores possam acompanhar, e também para quem estiver nos assistindo nessa audiência pública, e verificar

como está sendo feita essa destinação do Fundurb, lembrando sempre que o Fundurb é composto por um conselho, então, toda a destinação que é feita dos recursos, ela é submetida à aprovação do Conselho do próprio Fundurb, que é composto por representantes da sociedade civil e também por representantes do Governo.

Cada uma das demandas que as Secretarias fazem para nós, elas são submetidas ao Conselho; as Secretarias defendem os seus pleitos e esse conselho, que é paritário, delibera sobre a destinação ou não dos recursos do Fundurb.

Nós temos aqui, estipulado pelo PDE, a obrigação de destinar 30% dos recursos para a Habitação. Então, está destinado e assegurado o valor de 145,556 milhões para a Habitação.

Também temos o Plano Diretor que estipula, também, um destino para a Mobilidade Urbana e também para as Subprefeituras, tendo ali, então, quase, um pouco mais da metade do Fundurb já vinculados por legislação.

Esse é um gráfico para vocês poderem acompanhar o crescimento da outorga onerosa, nos últimos anos. Veja que mesmo com a pandemia, tivemos um crescimento significativo na arrecadação de outorga onerosa nos últimos anos. De 2017 para 2021 conseguimos bater recordes de arrecadação. Isso é em decorrência de todo o trabalho de celeridade, desburocratização e investimento no processo simplificado de análise de alvarás. Então temos esse crescimento exponencial na arrecadação do Fundurb, de 2004 a 2021. Fica aí mais limpa a tela para que os Parlamentares e o público que estiverem acompanhando possam ter o quadro de como foi o crescimento.

E aí nós temos o crescimento da SP Urbanismo que é uma empresa independente, vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Ela trabalha com prestação de serviços, então, temos: para 2022, são 50,9 milhões; 2023, são 67,281 milhões; 2024, são 68,115 milhões e 2025, são 69 milhões. Isso é que o temos projetado para a SP Urbanismo, lembrando sempre que os recursos da empresa são provenientes de prestação de serviços, temos a divisão por custeio e investimento O custeio consome quase cem por cento dos seus recursos para o ano de 2022. Temos aí 49,5 milhões, quase 49,6, investimento apenas 1,3 milhão.

Abrimos, aqui, o custeio, para que todos tenham a dimensão de para onde está sendo destinado esse recurso de custeio, esses 49,596 milhões, para que vocês tenham conhecimento.

Aí vem a terceira fonte de Orçamento nosso que são as fontes de recursos oriundos das Operações Urbanas.

Toda Operação Urbana, caso os senhores não tenham conhecimento, são delimitados perímetros na Cidade, onde estipulamos parâmetros e incentivos à construção civil; nós temos a Água Branca, a Faria Lima, o Centro e a Operação Urbana Águas Espraiadas, que são as 4 operações urbanas vigentes na cidade de São Paulo. Quem vive a cidade de São Paulo vê a diferença que obtivemos na região da Faria Lima, que antes, na década de 90, vivia uma situação, hoje vive uma realidade muito melhor do que naquele momento. Temos a mesma expectativa que acontece na Água Branca, aliás, que os Vereadores aprovaram recentemente a revisão da Operação Urbana Água Branca, para que possamos fazer o leilão de Cepacs. Cepac é o recurso, é a venda do poder, do potencial construtivo para aquela região e com isso arrecadamos dinheiro. Então nós abrimos os recursos, divididos por operações urbanas.

Assim, para o ano que vem, Água Branca nós estimamos 45,547 milhões. Vale dizer que a região da Água Branca tem acessibilidade na parte de Habitação e Drenagem; Águas Espraiadas, estimamos 259,420 milhões, recursos esses sempre advindos de leilões de Cepac. Neste caso, já houve a publicação do edital, o Tribunal de Contas suspendeu esse edital, nos pediu algumas informações e fez alguns apontamentos, elaboramos a resposta para o Tribunal de Contas e esperamos uma devolutiva do TCM para que possamos dar prosseguimento no leilão da Águas Espraiadas.

Temos a Operação Urbana Centro, 457 mil reais. O valor é baixo que a Operação Urbana Centro tem, todavia está em tramitação ainda, na Casa, no Legislativo, o PIU Setor Central que trata também do desenvolvimento da região central e que pode, muito bem, vir a turbinar - sendo aprovado e tendo sucesso - os investimentos da região central.

E temos, claro, a mais estrutura, a Operação Urbana Faria Lima, com 233 milhões, para o ano que vem, de previsão de investimento e de arrecadação.

Então, Presidente, esses são as nossas fontes de recurso e as previsões de despesas para o ano que vem, até 2025 - ano a ano. Falei aqui, rapidamente, para que possamos dar sequência nos nossos debates e conversas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, Secretário Cesar. Nós temos aqui inscritos, então vamos lá. De maneira *on-line*, menos alguns que transformaram em presencial, e nós temos um total então: três *on-line* e um presencial, ok? Positivo? Todos concordam? (Pausa)

Marcelo Nerling, por favor. Rigorosamente três minutos, porque meio-dia temos de encerrar para realizar a audiência do Sampaprev. Hoje usarei cronômetro.

**O SR. MARCELO NERLING** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. Secretários, assessores, bom dia a todos e a todas. Particularmente aos meus concidadãos somos, em assistência, apenas 26 aqui virtualmente, mais 7 presencialmente, o que demonstra uma preocupação grande e mostra, claramente, que as audiências públicas precisam ser reformuladas junto a nosso Legislativo, para que seja promotor de um processo mais inteligente e onde as audiências públicas sirvam, de fato, para a população se manifestar.

Gostaria de tocar num ponto que venho destacando que é ponto da regionalização, chamando a atenção, veja, passou em alibis aqui essa discussão, e ela é bastante importante, em particular, quando nós observamos lá na exposição de motivos - e eu coleí no *chat* - apresentados pelo Executivo, a partir da página 36 e 37, nós vamos ver o impacto que esse chamado 'novo modelo' de regionalização gera no nosso Orçamento.

Se fizermos uma comparação, por exemplo, entre o que está no *site*, a transparência ativa que está no *site* - que eu copieí - e, novamente, colo aqui no *chat*, vamos ver a diferença, comparando este dado que apresentei aí, com os dados da página 37. Realmente é um impacto danado. E veja, eu concordo plenamente com a ideia, porque a ideia original é exatamente estabelecer um novo modelo que partiria da dimensão de vulnerabilidade, Infraestrutura Urbana e Demografia.

Disso, da vulnerabilidade seria o destaque para o Castro Único, número de famílias

de Cadastro Único por região; taxa de emprego formal; morte de causa externa; depois, em relação à Infraestrutura: esgotamento e favelas por região; e, depois, no aspecto Demografia: a população.

Então do ponto de vista de método, eu concordo plenamente com a metodologia, acho-a louvável, inovadora, e atribuiria isso grandemente à inteligência da distinguida Sra. Vivian Satiro.

De qualquer sorte, eu gostaria de chamar a atenção de V.Exas. de que essa chamada metodologia inédita pode ser utilizada, porém, ela tem um precedente e esse precedente é exatamente a ideia da regionalização, que está sendo estabelecida a partir dos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica e, depois, em particular, na regulação já feita pela Lei 13.881 de 2004, que torno a copiar aí do lado, para mostrar exatamente para o que ela serve.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Conclui para mim, professor.

**O SR. MARCELO NERLING** - Nos termos dessa lei, artigos 54 e 55, a criação do Conselho de Representantes, o conselho tem todas essas características e o que estamos vendo é que, de novo, o Conselho de Representantes vai passar em alibis e não podemos aceitar que o Conselho de Representantes, que está na Lei Orgânica desde 1990, que levou 16 anos discutindo no Supremo Tribunal Federal sobre a sua constitucionalidade, que teve uma decisão favorável com repercussão geral no STF, seja simplesmente esquecido e nós passemos mais um Plano Plurianual sem levar em consideração as demandas e prioridades de um efetivo processo de regionalização, que é aquele defendido por quem tem vontade orgânica, que está lá desde 1990.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, Professor, amanhã teremos outra oportunidade. Poderá estar conosco aqui na audiência pública da Habitação. Então eu queria...

**O SR. MARCELO NERLING** – Excelência, desculpa. Desculpa é quando a população tem que ouvir. Desculpa, porque V.Exa. tem de me ouvir. Perdoe-me população de São Paulo por invocar questões tão importantes e que dizem respeito a 320 milhões que apartam 5 bilhões de reais para uma Fundação. Isso é mais do que foi reservado, 4,5 bilhões, para o

Poder Legislativo em 4 anos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Professor.

**O SR. MARCELO NERLING** – É uma questão muito séria e V.Exa. conduz o processo legislativo da forma como conduz desestimulando a participação popular, lamentavelmente, e contrariando todos os princípios de uma experiência democrática mais frutífera.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Teremos oportunidades. Obrigado, Professor.

Rafael Leal Ayres.

**O SR. RAFAEL LEAL AYRES** – Bom dia todo, Vereadores, Secretários, Vereadoras e todos os presentes.

Falo em nome do movimento pela reabertura do Circo Escola, na São Remo. Já estamos na luta há dois anos.

Vou fazer um breve histórico. O Circo era um equipamento de assistência social. Foi fechado há, aproximadamente, dois anos, deixando de assistir 460 pessoas, 460 famílias que estão sem assistência seja de circo ou de formação profissional via Cedesp.

O movimento junto com a Associação de Moradores e a um grande movimento do Butantã está há um ano tentando que se reabra esse circo, porque ele foi fechado com alegações de problemas estruturais e precisa que se faça uma reforma. Então, o que eu venho pedir hoje em nome de todos os companheiros e companheiras que estão nessa luta é que se coloque uma dotação para a reforma do circo. A gente já tem um orçamento no valor de, aproximadamente, 1,4 milhão de reais. Então, é necessário para reabrir esse circo e retomar os serviços.

Então, que se coloque essa dotação e que se faça cumprir o que foi aprovado no Participe Mais, porque a proposta de reforma do circo foi a mais votados na Subprefeitura do Butantã.

Então, peço a atenção dos Secretários e Subprefeitos e Subprefeitas presentes para que a gente consiga cumprir o que já está no Participe Mais que cumpria o desejo da população que foi mais votado da Subprefeitura. Que o Executivo e os Vereadores pensem como se a gente

está começando a falar de uma retomada da economia, como ter todos os auxílios possíveis principalmente para a população mais necessitada, essa possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, ter a possibilidade de conseguir ter cultura, lazer, educação para ter uma vida plena, ainda mais depois de dois anos traumáticos que passamos aqui na cidade, no Brasil e no mundo.

Quero reforçar para que entre uma dotação de aproximadamente 1,4 milhão para que se faça essa reforma o quanto antes para reabertura do serviço do Circo Social e do Cedesp lá na região do Butantã. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –** Obrigado.

Quero dizer que se não der tempo, faremos outra. Fiquem tranquilos. Não poderíamos deixar de fazer uma audiência do Sampaprev na Comissão de Finanças. Vocês concordam? E parece que querem votar hoje. Mas faremos outra. Não teria problema nenhum, assim como ocorre com a Cultura.

---

Gláucia Luzia Paula Teixeira.

**A SRA. GLÁUCIA LUZIA PAULA TEIXEIRA –** Bom dia a todas, a todos e a todes.

Bom dia, Presidente. Agradeço o espaço de fala. Meu nome é Gláucia Teixeira e atuo como conselheira no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo, gestão 2019 a 2021, na pasta cultura, esporte, lazer. Nessa pasta, Presidente, nós temos o grupo de trabalho de cultura, esporte e lazer.

Quero iniciar falando que nós estamos aqui na Casa do Povo e agradeço mais uma vez pelo lugar de fala garantindo aqui de três minutos, que eu espero que a gente possa repensar esses três minutos porque, de fato, o povo precisa de mais tempo para poder falar.

Então, eu peço que a gente possa primeiro, na nossa Casa do Povo, iniciar com a prática de acessibilidade em respeito as pessoas com deficiência na nossa Cidade. Então, vamos começar como quê? Com a autodescrição.

Vou fazer uma autodescrição. Sou uma mulher de baixa visão, perda auditiva leve, sou uma mulher negra com cabelos castanhos escuros curtos, olhos castanhos escuros, nariz grande arredondado, boca pequena, tenho 1m60 e hoje eu uso uma camiseta de manga longa



cinza.

Feito isso, vou iniciar a minha fala sobre acessibilidade. Foram colocados números falado sobre acessibilidade. É isso que eu quero saber, porque na periferia recebemos muitas demandas lá no conselho referente à acessibilidade, seja ela urbanística ou arquitetônica. Então, quero saber como que isso está sendo colocado de fato, pois na prática, no dia a dia, as pessoas com deficiências em geral elas não têm como exercer o seu direito à cidadania, o direito garantido pela nossa Constituição da República Federativa, como o direito de ir e vir, por exemplo. Se for para falar todos, é impossível com três minutos.

Quero que vocês possam nos ouvir de fato. Possam realmente atuar nesse segmento começando pelo respeito a partir da autodescrição. É inadmissível estarmos em uma sala de audiência pública e as pessoas não fazem a autodescrição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Gláucia, amanhã, temos audiência pública de pessoa com deficiência e tem o compromisso nosso, quando na audiência pública do esporte, de criar uma rubrica específica para - não me lembro se foi você que falou naquele momento – isso é um compromisso do relator.

**A SRA. GLÁUCIA LUZIA PAULA TEIXEIRA** – Estarei com vocês, Presidente. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigada, Gláucia.

Carlos Eduardo...

**A SRA. GLÁUCIA LUZIA PAULA TEIXEIRA** – Sr. Presidente, só um minuto. Vou concluir.

É importante assinalar, Presidente, na questão da acessibilidade na região de Cultura também, que eu vou falar amanhã de uma forma mais específica. Mas é importante na Subprefeitura Pirituba-Jaraguá não tem uma casa de cultura. Isso é verdade. Parece que é piada, mas é verdade. Então, por favor, vamos pensar sobre essa questão.

Para concluir, eu queria saber quem inventou essa fala que precisa no mínimo de acessibilidade. Não. Não precisa de no mínimo acessibilidade. Não queremos privilégio.

Queremos equidade. Equidade, entenderam? Não é um mínimo de acessibilidade. É acessibilidade para todas, todos e todes.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Amanhã eu volto. Mas, por favor, precisamos de uma dotação para a Subprefeitura Pirituba-Jaraguá para Casa de Cultura principalmente, e acessibilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mande no *chat*, por escrito, para a Comissão, por gentileza. Pode ser? Apagou tudo aí.

**A SRA. GLÁUCIA LUZIA PAULA TEIXEIRA** – Vou mandar por *e-mail* essa manifestação e por escrito. Está bom?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Carlos Eduardo Miniti. (Pausa) João Batista Gomes (Pausa). Adilson Araújo. Se tiver dificuldade, pode voltar daqui a pouco. Pode sair e entrar, ok. Vamos seguindo. O Adilson voltará.

Leandro Alves de Lira.

**O SR. LEANDRO ALVES DE LIRA** – Bom dia todos e todas, nobres Vereadores, Secretário.

Meu nome é Leandro Lira, sou representante do movimento pela reabertura do Circo Escola São Remo e também a Comunidade Unida do Butantã em Ação. Nós temos uma pauta, uma reivindicação no âmbito das Comunidades que é pela reabertura, pela volta das 1.500 vagas que foram perdidas na assistência social e muito objetivamente referente a questão do Circo Social colocado pelo companheiro.

Temos a pauta de reivindicação pela dotação orçamentária para reforma de equipamento do Circo Escola São Remo, na Subprefeitura do Butantã, visando a retomada das atividades do Cedesp e do Circo Social.

Temos passado nos gabinetes. Inclusive, estou aqui com uma carta contendo a nossa proposta, em anexo o orçamento necessário para a realização dessa reforma e também uma cópia, um trecho da nossa proposta que foi a mais votada do Participe Mais e que conta

com pareceres técnicos, jurídicos e orçamentários favoráveis e o compromisso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social na reabertura do equipamento.

Só que quando estudamos o PL, não notamos, não encontramos essa rubrica para reforma. Então, é super necessário não só o orçamento para reforma, mas também para manutenção e para operação no ano que vem. A gente vai discutir isso no âmbito da próxima audiência junto a SMADS.

Então, a gente está aqui hoje para pedir o apoio dos Vereadores e das Vereadoras, das Bancadas. Estivemos ontem com a Bancada do PT, do PSOL. Estive na sala pedindo uma audiência com o Vereador Riva, líder do Governo, e entreguei também essa mesma carta, este documento que está protocolado aqui pelo Vereador Bispo Atílio. Vou procurar também o Vereador Eliseu Gabriel e demais, claro, para a gente conseguir o apoio necessário para essa dotação e para outras viabilizem a reabertura do equipamento. por favor desculpa.

\_\_\_\_\_ **O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Leandro. Deixe com a Comissão, por favor.

Christian Silva Martins de Mello Sznick (Pausa). Adilson está aí? Vai tentando. Christian? (Pausa). Vamos seguindo. Mauro Claro. (Pausa). Wellyene Gomes Bravo.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Secretários.

Estou aqui mais uma vez participando dessas reuniões temáticas referente ao PLO 2022 e também o Plano de Metas. Falo em nome do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo.

Escutei os Srs. Secretários falando a respeito das previsões orçamentárias para o ano de 2022 e muito me preocupam algumas falas que escutei do Sr. Secretário Modonezi e também se o Marcos Monteiro, pois a realidade, pelo menos no território do Campo Limpo, é muito diferente. O que a gente verifica aqui é que as áreas periféricas, na realidade, não estão recebendo os recursos de forma adequada para que haja redução de desigualdades aqui no território.

Temos mais 300 comunidades aqui, moradias subnormais, como classifica o IBGE, e não está chegando todo esse processo de urbanização. Não está chegando a urbanização mínima necessária para esses territórios.

A gente também tem uma questão muito séria, Secretário Cezar Azevedo, em relação à iluminação pública dessas regiões, que cai muita a energia. Nós, do Conselho Participativo, vimos procurando informações sobre o plano iluminação da *retrofit* para ver em que áreas está chegando, fazer um acompanhamento e solicitar outras áreas para serem atendidas. A gente está com muita dificuldade de ter acesso a essas informações.

Queria complementar a minha fala fortalecendo o que o Professor Márcio falou sobre a questão da regionalização dos orçamentos. Verificamos que questões como recapeamento, tapa-buraco, cata-bagulho, foram retiradas da autonomia das Subprefeituras e isso traz um impacto muito forte no território. Entendemos que a gente está tendo um processo inverso do que estabelece a lei e isso não pode. A gente precisa fazer o processo para reverter essa situação.

Também quero colocar aqui para os Srs. Vereadores para olharem com bastante cuidado os recursos que estão chegando nessas áreas mais periféricas, pois a gente verifica que ações como Fundurb e FMSAI, apesar de chegarem aqui, elas não chegam da forma e volume necessário. Por exemplo: a questão do Fundurb tem mais de um bilhão lá dentro do seu caixa e o Sr. Secretário apresenta o orçamento de 2022 um volume de 500, 600 milhões por ano, pelo entendi. Posso ter me equivocado, aí já peço desculpa antecipadamente.

Também quero fazer um apelo ao Srs. Vereadores, Anel e Poder Público para que revejam o Decreto 57.802, de 2017, que, de uma forma arbitrária, retirou a constituição de um conselho, que é o Conselho de Planejamento Participativo Orçamentário, previsto na Lei 16.050, de 2014, de forma que tirou a participação da sociedade civil por meio do CPM e o conselho de representantes na elaboração dos orçamentos das Subprefeituras.

É isso. Agradeço muito. Conto muito com os Srs. Vereadores para olharem com bastante cuidado os recursos para as áreas periféricas, principalmente o Campo Limpo, mas

vale para Parelheiros, Cidade Ademar, Capela do Socorro também. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Maísa Souza de Castro.

**A SRA. MAÍSA SOUZA DE CASTRO** – Bom dia todos os presentes. Peço desculpas porque eu estou um pouco resfriada, então, a minha voz vai ser um pouco baixa.

Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, todos os Secretários que estão presentes, Vereadores e Vereadoras, aos meus companheiros de movimento.

Faço parte dos movimentos pela reabertura do Circo Escola São Remo, assim como pela CUBA, Comunidades Unidas do Butantã em Ação. Estou presente para gente reafirmar a necessidade das obras, da dotação orçamentária para a reforma do Circo Escola São Remo, pois já como o nosso companheiro Rafael Ayres colocou, a gente já está desde 2019 com a necessidade dessas obras, desses reparos, dessas reformas e isso não tem tido a atenção necessária do Poder Público. No início, eram apenas reparos que deveriam ter sido feitos e isso foi se estendendo ao ponto de nós chegarmos a esse orçamento de 1,4 milhão.

Então, vocês veem o quanto é oneroso para o Estado desatentarmos desses equipamentos públicos que, enfim, provêm melhorias em vários níveis de qualidade de vida para essas populações vulneráveis, porque eram 300 crianças que eram atendidas e que estão nas ruas; eram 160 jovens e adultos em atividades profissionalizantes que, enfim, eram colocados no mercado de trabalho de forma muito rápida. Então, estamos passando por um período de pós-pandemia onde vamos precisar desse equipamento para resgatar, para fazer uma retomada com essas comunidades, com essas famílias, dar a qualidade de vida que elas precisam. Enfim, e prover, da melhor forma, todas as necessidades que o Estado pode colaborar e dar para essas pessoas...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Maísa, eu recebi, no meu gabinete. Eu peço que mande a solicitação, de vocês da reabertura, para esta Comissão. Ok?

**A SRA. MAÍSA SOUZA DE CASTRO** – Ok, certo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok, muito obrigado, Maísa.

O Adilson voltou: Adilson? (Pausa) Ele volta, mas eu não ouço. Então, o Mauro, me parece, que conseguiu conectar. Mauro Claro.

**O SR. MAURO CLARO** – Estou aqui. Muito obrigado. Na hora em que me chamaram, eu ainda estava aguardando na sala de espera.

Eu gostaria de falar a favor e argumentar a favor do investimento 1983, que nós aprovamos na Penha, na Subprefeitura da Penha, e que diz respeito ao projeto de drenagem para o Jardim Piratininga, no Distrito do Cangaíba. Ele foi aprovado pela Secretaria de Finanças, está no PLO 2022 e nós queríamos reforçar, então, a importância disso. É um alagamento que vem, a cada chuva de verão desce pela colina do Cangaíba e entra pelo Jardim Piratininga pela Rua Adelino Linhares até o final, e a cada dezembro e janeiro as pessoas, dezenas de famílias e de comerciantes são prejudicados. E nós já estamos em contato, inclusive, com o Secretário Marcos Mendonça, de Siurb, para viabilizar esse projeto, que é muito importante e que nos parece muito viável.

O planejamento dessa obra pode ser colocado no Orçamento de 2022 e a obra feita em 2023, mas em 2022 nós também precisamos pensar em uma obra emergencial, porque, no final de 2022, em dezembro, as pessoas vão, de novo, sofrer e a obra obviamente não vai estar pronta ainda, porque até que se faça o planejamento em 2022 e que se implemente em 2023, nós temos aí uma ação emergencial a ser feita. Então, seria muito importante considerar isso.

E um outro investimento que nós também gostaríamos de colocar é o investimento 2207, que diz respeito à urbanização de favelas e comunidades nos Distritos de Cangaíba e Penha. O Poder Executivo disse que não era muito viável porque implicava em planejamento. Mas nós gostaríamos de insistir porque justamente isso, o planejamento pode ser e deveria ser incluído no Orçamento 2022 para que a urbanização das cinco comunidades e favelas que existem nos Distritos de Penha e Cangaíba possa ser planejado em 2022 e executado a partir de 2023. Eu estou à disposição para isso. Eu falo em nome do grupo de pesquisa Questões Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie e nós trabalhamos juntos da Associação Popular de Moradores do Jardim Piratininga, no Distrito de Cangaíba.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Mauro. Élvio.

**O SR. ÉLVIO** – Bom dia. Meu nome é Élvio, sou Coordenador Geral da Associação Metodista e também participo como membro do Movimento de Reabertura do Circo Escola, com os companheiros que já falaram aí, Rafael, Leandro e Maísa. Esse equipamento já está fechado há quase dois anos e a comunidade de São Remo, que fica na região Oeste, na região do Butantã, está lutando pela reabertura desse equipamento, que já atende à comunidade há mais de 30 anos e que atendia 460 famílias, com diversos projetos que atendiam adolescentes, crianças, com cursos profissionalizantes, atendia adultos também. E ainda mais nessa situação que estamos vivendo, com esse agravamento das diferenças sociais e dessa crise econômica, é um equipamento muito importante para a comunidade e para a nossa Cidade, ainda mais pensando nesses mais de 30 anos quantas pessoas já passaram por esse equipamento e já foram beneficiadas e puderam ter uma vida transformada e a sua trajetória transformada por esse equipamento.

Nós estamos aqui também para pedir o apoio e pedir uma dotação orçamentária para a reforma, na Subprefeitura do Butantã, lembrando que, como já foi dito pelos companheiros, que já temos todos os pareceres necessários para essa obra.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Você está falando do Circo Escola?

**O SR. ÉLVIO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É a reabertura praticamente, né.

**O SR. ÉLVIO** – Isso. Para tanto, precisa de uma reforma do espaço que, de uma certa forma, foi deteriorado até pelo abandono do espaço e acabou deteriorando mais ainda.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Élvio.

Giovana de Oliveira. (Pausa) Giovana? (Pausa)

Presencialmente, Lester Amaral Júnior. (Pausa)

Bom, ficaram pendentes o Cláudio e a Giovana e João Batista Gomes.

Vamos lá, Lester.

**O SR. LESTER AMARAL JÚNIOR** – Bom dia a todas e a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Secretário. Já tivemos cinco falas aqui – quatro virtuais e uma presencial -, falando de movimentos que ocorrem em um dos distritos da Cidade, onde moram 500 mil pessoas, 108 comunidades, agravadas nos dois últimos anos pela pandemia. E foi por isso que 350 pessoas de comunidades, no dia mais frio do ano – 30 de julho – foram à Subprefeitura e falaram: “O Poder Público não pode mais fechar os olhos”. A segurança alimentar, tema um. Tema dois, a geração de trabalho, emprego e renda. Tema três, saúde. Tema quatro, a questão da assistência social, como já foi dito aqui, com 1500 vagas perdidas nos últimos anos, de centros de crianças e adolescentes. Tema seis, a questão de zeladoria na periferia, chegar na periferia.

Muito bem, esse movimento começou e já houve alguns avanços. Eu vou tentar focalizar, porque esta é uma Comissão que precisa centralizar em temas. Outros companheiros, lideranças de comunidades ainda vão falar sobre a Comunidades Unidas do Butantã em Ação. E, Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu gostaria de poder entregar esta carta de reivindicações a todos os presentes aqui, como entregaremos aos demais Vereadores ao longo do dia.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Isso que eu queria registrar, que tudo que é colocado, se não materializar em documentos e trazer, não adiantará nada para nós. É muito importante o que o senhor está fazendo, ok.

**O SR. LESTER AMARAL JÚNIOR** – Exatamente. Mais do que esta carta, nós materializaremos cada uma dessas áreas em reivindicações concretas ao Orçamento, que tramita até o final do ano. Então, eu quero focalizar em uma delas. Houve um avanço momentâneo, pequeno ainda, na segurança alimentar. Um decreto da Prefeitura colocou isso em uma Secretaria Executiva, no âmbito das Subprefeituras, e reabriu ou recolocou uma outra dinâmica para o Centro de Referência de Segurança Alimentar do Butantã. Conseguimos, com isso, em um programa do Governo, Cozinhando pela Vida, avançar hoje para 1900 refeições/dia, marmidas/dia, lembrando que aqui não tem ação do Estado em outras coisas que poderiam minorar isso. A nossa demanda é de 5000/dia. Por que só se ampliou em 400 agora? Porque isso foi feito com aditamento contratual do que se tinha de orçamento. É necessária uma nova



licitação e nós solicitamos recursos orçamentários para se ampliar isso, porque lamentavelmente veremos, em 2022, muita gente passando fome. Estimamos que nas 500 mil pessoas, no Butantã, 20 mil famílias estão passando fome. Portanto, nós reivindicamos recursos orçamentários para que se abra uma licitação e se amplie largamente. Evidentemente, essa demanda estará por toda a Cidade.

Agradeço a atenção, mas esse movimento é da maior importância.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Lester. Claudete Cordeiro dos Santos, presencial. (Pausa)

**A SRA. CLAUDETE CORDEIRO DOS SANTOS** – Bom dia a todos, a todas e a todes. Bom dia à Mesa, Sr. Presidente.

Endosso as palavras do companheiro Lester. As pessoas que falaram sobre o Circo Escola, nós temos uma carta de reivindicação, que foi feita a partir do movimento do dia 30 de julho, onde criamos o Movimento da Cuba.

Então, nós temos alguns pedidos para o Orçamento do ano que vem, 2022, para que sejam destinados recursos para as subprefeituras e que as subprefeituras assumam definitivamente alguns papéis. Papéis esses que, hoje em dia, estão focados mais em zeladoria, mas que de zeladoria não têm nada.

Então, nós queremos e precisamos, especialmente a periferia, que se amplie o Programa do POT, que é o Programa de Operação do Trabalho, que se amplie em todas as áreas das subprefeituras. Neste ano de 2021, foram poucas vagas e o desemprego está grande.

Para a área de segurança alimentar e nutricional precisamos que o Orçamento de 2022 contemple muito mais vagas para essa área: vagas para trabalho no programa. Quer dizer, para que as famílias possam trabalhar no programa. Então, que as vagas do POT sejam destinadas para as famílias da periferia, que estão desempregadas; mais recursos para o Cozinhando pela Vida; o Banco de Alimentos, que vai para as subprefeituras ou que vai para os Cresans e eles que administrem como é que será feita a distribuição para as comunidades; recursos para as hortas comunitárias. Nós estamos com os movimentos de horas comunitárias

dentro das periferias, mas precisamos de recursos porque as lideranças, muitas vezes, não têm recurso algum para trabalhar e dependem de doações, dependem da boa vontade. E o Programa Desperdício Zero, que também vá para dentro dos Cresans, para que possamos, com isso, em 2022 tentar reduzir um pouco a fome que está assolando o Estado de São Paulo e as periferias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado, Claudete.

Comunico que o Vereador Delegado Palumbo ou está ou esteve conosco também, nesta audiência pública.

Maria Angélica Oliveira. (Pausa)

**A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA** – Bom dia a todos e a todas. Sou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Estou no Movimento das Comunidades Unidas do Butantã em Ação, e é ação de verdade.

Cumprimento a Mesa, os Srs. Secretários. Coloquei no *chat* as nossas reivindicações e eu queria priorizar como é importante esta audiência, mas infelizmente as grandes pastas se acumulam e nós ficamos meio que perdidos, a população fica meio que perdida, em pontuar coisas.

Mas eu venho aqui fazer a defesa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar que preza, que tenha um equipamento que suporte essas regiões extremamente vulneráveis. E, aí, isso passa pela zona Leste, passa pela zona Sul. Aqui, na zona Oeste, nós temos o Cresan, que é um equipamento potencialmente importante para a região Oeste, mas que tem apresentado deficiências de atendimento a essas comunidades. Então, a companheira Claudete já manifestou parte das nossas pautas e eu gostaria de trazer a importância da transição ocorrida da Sesana – Secretaria de Abastecimento, Agricultura e Segurança Alimentar para a SMSub, que esse lugar seja importante, que nós possamos potencializar e que chegue às periferias, aos territórios periféricos de pobreza, aos núcleos de pobreza essa política pública. Nós temos um Plano Municipal de Segurança Alimentar que preza por todas as vertentes, seja pelas várias Secretarias, que o Legislativo destine orçamento para os Cresans e que seja viável este nosso

momento, porque a pandemia dá fome e está aí presente e vai perdurar.

Muito obrigada e bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Maria Angélica.

Diva Nunes, de forma presencial.

**A SRA. DIVA NUNES** – Vou ler, para ser mais rápida e para não fazer tanta confusão.

Bom dia a todos, todes. Presidente Jair, bom dia; Secretários e Vereadores, que deveriam estar todos aqui, mas eles estão em algum outro lugar.

Gostaria de falar para vocês que existe uma Lei das Subprefeituras. A Lei é a de nº 13.399, de 1º de agosto de 2000. Eu acho que todo mundo, que precisa da subprefeitura, deveria ler quais são as finalidades, as atribuições das subprefeituras. Uma das atribuições, que eu marquei aqui, é a seguinte: “Será exercida pelos subprefeitos, a quem cabe a decisão, direção, gestão e controle dos assuntos municipais em nível local, respeitada a legislação vigente e observadas as prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal”. Então, nós precisamos saber que subprefeitura não é só zeladoria, não. Nós podemos ir lá e reivindicar o que as nossas comunidades estão precisando, principalmente porque, e vou fazer, aqui, uma citação: “Se morar é um direito, ocupar é um dever de quem não tem moradia”. Ocupar como foi feito há décadas, porque esses lotes fundiários, essas pessoas que, muitas vezes, fazem prédios e casas em locais que não lhes pertencem. Essas pessoas ocuparam e estão vendendo para outras pessoas. Antigamente, elas marcavam o terreno, falavam: “É meu e aqui ninguém tasca”. Então, eu acho que nós também podemos ocupar. Nós podemos fazer ocupações...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Teremos Habitação amanhã.

**A SRA. DIVA NUNES** – Sim, mas amanhã, a Habitação será outra parada. Nós estamos falando de subprefeituras agora. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mas vamos lá, Diva, conclui, por favor.

**A SRA. DIVA NUNES** – Vou ler agora.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não. Depende do tamanho da leitura.

**A SRA. DIVA NUNES** – A Subprefeitura, no Art. 3º, § 7º: “Pode atuar como indutora

do desenvolvimento local implementando políticas públicas a partir de locações regionais e de interesses manifestados pela população”. E em seu Art. 6º, fala que as subprefeituras têm dotação orçamentária própria.

Então precisamos dessas dotações e precisa vir aqui pedir, porque as subprefeituras só fazem zeladoria. Não é certo isso. Devido à falta de políticas públicas, desemprego e essa carestia que não tem fim pode-se ter um lugar para plantar nas comunidades ou favelas. E aí não sei se precisamos de dotação, mas a Subprefeitura já tem, porque não ter uma horta comunitária para suprir essas comunidades, seja com o produto sendo distribuído para as famílias, ou mesmo vendendo e gerando empregos.

Nas comunidades, muitas vezes, não têm espaço grande, mas pode se fazer em canteiros. A Subprefeitura pode ajudar? Pode ajudar e contribuir nessa empreitada promovendo encontros de redes, promovendo troca de conhecimentos e experiências, fornecendo compostagem e insumos e facilitar a distribuição criando um programa. A Sub tem de ter essa responsabilidade.

Eu faço parte da CUBA, Comunidades Unidas do Butantã em Ação; da Frente de Luta por Moradia e da Frente de Solidariedade e Luta. A Frente de Solidariedade e Luta, são muitas pessoas que fazem parte e nós ficamos na Praça Elis Regina todo sábado para angariar mantimentos, quites de higiene e todo final de mês distribuimos em uma ou duas comunidades, dependendo do que arrecadamos no mês.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Diva, é fundamental essa pauta sua das hortas comunitárias e sem agrotóxico, alimentação saudável. Parabéns pela colocação.

**O SR. FERNANDO HOLIDAY** – Registro presença.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira, presencial.

**O SR. FABIO SIQUEIRA** – Bom dia, prezado Presidente, Vereador Jair Tatto; Secretário Modonezi; secretários virtuais, especialmente a população presente; conselheiros; população da zona Oeste, aguerrida Butantã e quem está brigando contra o Sampaprev, para o

funcionário público não ser mais tungado, porque o PSDB é o partido da “privataria”, da corrupção total pela privatização, não deixem privatizar os nossos direitos. E o PMDB é um partido também, Joaquim Silvério dos Reis, se aliou ao PSDB e tem de ser cobrado da mesma maneira.

Atinente aos temas de hoje, Subprefeituras, Secretário Modonezi, na pandemia aconteceram coisas extremas na sua Secretaria. Vou dar um exemplo, Parelheiros, no ano passado a dotação orçamentária, 42 milhões e executou 119 milhões, 283%, recorde. Nunca em 80 anos se executou tanto em um ano numa Subprefeitura. Qual foi esta dotação tão fora do normal. Claro que Parelheiros merece até muito mais, mas as outras merecem e não tiveram essa dotação. E agora como punição, em 2021, é a menor, foi para o fim da fila, execução de apenas 39% até domingo retrasado, 31 de outubro. Ou seja, orçamento de 64 milhões, só executou 25 milhões, 2,5 milhões por mês para Parelheiros, a maior região territorial de São Paulo. Então porque um ano, primeiro da fila, 283% e este ano, 2021, 39%, fim da fila. Isso é muito estranho, extremamente estranho.

Como também é estranho Itaim Paulista, uma região carente, os senhores conhecem, eu estive lá, Curuçá, só executou 55% no ano passado. A dotação inicial do Itaim Paulista, 53 milhões, só executou 29 milhões. A pior execução do ano passado das 32 subprefeituras, uma região carente, necessária. Isso mostra que a vossa Secretaria não cumpre nenhum ditame social.

Vila Mariana está executando mais do que Itaquera. A população de Itaquera está sofrida com os não serviços da sua Secretaria. Isso quer dizer, têm ricos em Itaquera, José Bonifácio, Cidade Lider, Parque do Carmo, são todos milionários, porque Vila Mariana, que é uma região nobre, está recebendo mais dinheiro. Pinheiros está tendo muito mais dinheiro do que a Cidade Tiradentes. Ou seja, Cidade Tiradentes agora virou a Califórnia brasileira para ser ignorada pela Subprefeitura. A dotação de Cidade Tiradentes, 18 milhões de reais de execução este ano. Quer dizer, por 10, não chega a 2 milhões por mês a verba da Subprefeitura de Cidade Tiradentes.

Quero também falar um pouco do Comusan. Comusan é da sua Secretaria? Qual a dotação do Conselho de Segurança Alimentar? A população está com fome e não há Conselho fiscalizando isso. O Doria cancelou o Comusan, tem de ser punido por isso, o senhor “privateiro” Doria.

Como também, para encerrar esta primeira parte, o Fundurb da sua Secretaria, 2% de execução, 50 milhões, só se executou 1 milhão. Por que isso aconteceu no Fundurb das subprefeituras neste ano de 2021?

Dotação 5013, sistema de drenagem, 7 milhões, só se executou, não chega a 1 milhão, Funsai da Secretaria das Subprefeituras. E o FMSAI, quais são as principais obras? E o Fundurb, quais são as principais obras?

E para terminar as subprefeituras, temos aqui também o sistema de drenagem no ano passado, 165 mil reais. Ou seja, vai ter enchente, vai morrer gente, infelizmente, subprefeituras, temos esse problema.

Passando rapidamente para Siurb, Infraestrutura e Obras, a situação é lamentável. Alguém conhece o Conselho Municipal Popular na pasta de Siurb, de Obras? Ninguém conhece. Como pode uma pasta sem ter um Conselho Municipal de Fiscalização? Como pode a Lei da Subprefeitura, de 2012, como foi bem falado aqui pelas conselheiras Diva e Maria Angélica, do Butantã, ser desrespeitada há 20 anos.

A Subprefeitura tinha de ter uma Coordenadoria de Educação na Subprefeitura, uma Coordenadoria de Saúde na Subprefeitura. Cancelem essa maldade que José Serra, um dos piores Prefeitos desta Cidade fez, em 2005. E ninguém tem coragem de fazer a lei valer neste país, nesta Cidade, já há 16 anos. Como pode isto acontecer?

Fundurb. Fundurb é um fracasso, plano viário Sul desapareceu. Fundurb de Siurb, terminal de ônibus, 2019, nada executado; 2020, nada executado. Sistema de drenagem, 2019, nada executado. Porque tanta falta de execução de Siurb e o FMSAI da Secretaria de Obras. Quais são os principais projetos?

Para terminar, operação urbana. Infelizmente a população da operação urbana está

sendo prejudicada. Favela Coliseu continua existindo, Favela Panorama continua existindo. O Programa Faria Lima, nesses 26 anos, a praça urbana malufista, que não traz programas para a população, infelizmente.

E infelizmente a Prefeita Marta Suplicy se uniu aos seus algozes, tanto que na gestão o próprio Fundurb, 62 milhões, em 2003, não foi executado. Então, Marta Suplicy, “Martaxa”, volte as suas origens.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Fabio, amanhã você estará aqui com certeza. Edilaine Ribeirinho Amaral. Já posso garantir que não haverá tempo suficiente para todos, mas enfim, se puderem colaborar, dois minutos, não sermos repetitivos, mas objetivos.

**A SRA. EDILAINÉ RIBEIRINHO AMARAL** – Bom dia a todos, à Mesa e a todos que estão participando presencialmente e virtualmente, meu nome é Edilaine, sou conselheira municipal participativa do Butantã, tenho aqui a cobrança de vários munícipes com relação ao aumento de IPTU em plena pandemia, na qual a população precisa de zeladoria, mas precisa de muito mais.

Essa atual gestão está esquecendo que é uma continuidade do Governo anterior. Há coisas aprovadas, o Participe Mais da gestão anterior que não deu continuidade, estão devendo, como creches noturnas que foram aprovadas como proposta, uma das mais votadas e até agora nada. A região da Raposo Tavares que está há décadas pedindo uma UBS, não dá para usar só a UBS da Boa Vista, sendo que há um empreendimento privado enorme na Raposo Tavares e falam tanto de zeladoria, onde está a infraestrutura para esse pessoal. Na Reserva Raposo vão morar milhares de pessoas, não tem creche, não tem escola, não tem UBS. E o Butantã pagando ainda mais caro o IPTU. Quer dizer, a Cidade toda, em plena pandemia, os munícipes que votaram em vocês não vão esquecer, não vão votar mais, porque em plena pandemia aumentar IPTU da população é um absurdo.

Minha colega, a Diva, já falou aqui, estamos indo todos os sábados, na Praça Elis Regina, arrecadar alimento e produtos de limpeza para a população carente da região. Isso como

cidadãos, e o Poder Público, onde está a parte do Poder Público?

O Poder Público acha que é só Paraisópolis, faz acordo com relação a algumas empresas que doam mantimento e mandam tudo para Paraisópolis.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –** Para concluir.

**A SRA. EDILAINÉ RIBEIRINHO AMARAL –** Ainda não dá para concluir não. Está faltando ainda a UPA do Rio Pequeno, que desde 2018 estamos esperando. O micro saneamento foi aprovada a proposta no Participe Mais e os técnicos do IPT fizeram o projeto, se propõem a participar porque precisa ter saneamento nas comunidades. É um absurdo, a Sabesp deixa tudo ao Deus dará e os senhores não acompanham.

Está precisando também de uma política pública para Cresan, os senhores aprovaram o Cresan em todas as subprefeituras, só têm dois Cresan. O Cresan do Butantã está bem precário, está precisando de verba, como vários já falaram. O Cresan que tem na zona Norte, mas o pessoal da zona Leste, de Itaim Paulista, de Parelheiros, zona Sul, zona Norte, que passam fome também. Todos estão precisando do Cresan ativamente, com geração de emprego e renda, e verba orçamentária para todas essas coisas.

O pessoal da educação está aqui reunido, está precisando de escolas de Ensino Fundamental I e II, que os senhores já deveriam ter municipalizado todo o ensino básico em São Paulo. Temos como exemplo municípios bem menores, por exemplo, o 6º Município com relação a verbas, é tudo municipalizado e sai muito melhor do que aqui em São Paulo, que deixa ao Deus dará.

Então está aqui a carta de recomendação da CUBA, está sendo entregue, protocolada hoje. E a população de lá espera que sejam implementadas políticas públicas com relação a isso. E os munícipes deixando o recado aqui. Quem votou nessa gestão de continuidade da anterior, não vota mais em vocês. Eu não votei no PSDB.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –** Obrigado. Antonio Ferreira do Nascimento. Solicito aos presentes nesta audiência pública, podem fazer as inscrições e já considero



encerradas as inscrições, de maneira híbrida. Com todo cuidado, com todo silêncio, podem se inscrever ali. Por gentileza mesmo, primeiro as entidades, sindicatos, permitem isso? Vamos chamar de um fura-fila com muita educação, pode ser? Muito bem, vamos seguindo, acho que deu para entender o teor.

Chamei o Sr. Antonio Ferreira do Nascimento.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Bom dia a todos, híbridos e *on-line*, estou representando a CUBA, Comunidades Unidas do Butantã em Ação, quero deixar o meu manifesto, que os moradores da Comunidade do Butantã e os participantes dos movimentos sociais da região, manifestam para a opinião pública e imprensa, o seu inconformismo com o descaso do Poder Público Municipal da cidade de São Paulo. É gravíssima a crise social que atinge de forma crescente a população, em especial, das comunidades do Distrito Butantã.

Também quero pedir para inserir a dotação orçamentária para o Cresan Butantã, o quadro dos servidores técnicos, de forma que possam exercer seu papel nos equipamentos. Educador social com capacidade de atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Que seja restabelecido um conselho consultivo a SMSub, que precisa ter um compromisso com o território e instale minimamente mais três Cresans nas macrorregiões da Cidade.

Quero dizer também que a CUBA defende e apoia as ações de combate à fome e à pobreza. Defende que se tenham mais equipamentos públicos ligados à agricultura e abastecimento. E apoia os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional na Cidade, e a luta dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil.

Quero agradecer a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado pela maneira objetiva e rápida. Rapper Pirata.

**O SR. RAPPER PIRATA** – Rapidamente, quero cumprimentar na pessoa do Vereador Jair Tatto todos os legisladores; os funcionários públicos cumprimento através dos

técnicos da Câmara e contra o genocídio da juventude pobre e periférica, cumprimento todos os cidadãos. Só para reforçar aqui, periferia, todos que estão no rolê Sampaprev.

A cidade de São Paulo vai aumentar seu orçamento em 17%, vai para 79 bilhões de reais. Então não são 10 reais, e aí tem uma coisa muito estranha, o SampaPrev, os caras fazendo essas fitas, os caras que estão sentados aqui vão ganhar 28 mil reais, aumentou o salário dos caras, mas nós vamos no rolê tranquilos.

E aí, para a Subprefeitura da Sé, quase cento e poucos milhões de reais, agora não tenho exato, mas ruas sem iluminação, a Cidade precária. Quero saber para que serve toda essa grana. Vai lá na Sé e vê a população em situação de rua.

E aí quero reforçar também ao Subprefeito, ao Secretário das Subprefeituras, ontem pegou fogo lá no Paraná, no teto do Vista Alegre, pegou fogo também na Favela do lado da Maternidade Cachoeirinha. A assistência social, a habitação, o Governo Estadual e o Governo Federal tinham que estar lá porque não pode pegar fogo e jogar a população na rua. Pergunto, vocês foram lá?

A função da Subprefeitura seria descentralizar o poder das secretarias, porque não dá para ficar perto do Viaduto do Chá e saber o que está acontecendo em Parelheiros, certo? E aí, desculpa, toda subprefeitura tem grana sim, 32 milhões de reais é um bom dinheiro. Muitos municípios no país têm quase essa verba e a população é maior, os problemas são maiores. E aí a pergunta que faço para vocês, por que não dialogam com a sociedade civil? Por que só conseguimos dialogar aqui?

A Subprefeitura não pode ser só zeladoria, sendo que teria que dar conta da situação mais próxima. E aí pergunto se haverá algum planejamento para isso, porque essa gestão agora é do Ricardo Nunes, certo? Então a gestão do Covas foi junto, então vamos para outra em 2022. Então o Ricardo Nunes, vocês mandam um recado para ele, quero saber se vocês vão mudar essa política.

Já a questão que mais estranha é privatizar as questões do cemitério e tendo a Covid-19. Eu não entendo: privatizam, vira empresa; e, mesmo assim, tem orçamento da

Prefeitura para as empresas. Eu queria saber como é esse rolê, Vereadores. Como vocês fazem isso? Abrem a empresa, justificam que não tem competência. Mesmo assim, eles querem o dinheiro do Estado. Com essa mamata, até eu quero.

Sobre a questão das construções, várias políticas são feitas no Orçamento, como por exemplo a reforma da Casa de Hip Hop na zona Leste, na Cidade Tiradentes: R\$ 600 mil, e não foi feita reforma. Para onde vai o dinheiro de Siurb quando vocês não fazem as reformas? Porque tudo isso está no Orçamento.

O Sr. Subprefeito tem que dialogar com a população, precisam pegar os CDMs lá e ter todos os esportes olímpicos lá. Um deles é o *breaking*, que estará nas olimpíadas. Então, vocês precisam falar com a Cidade. Não adianta ganhar R\$ 28 mil, desculpa. Estamos falando de um cargo em que ganham R\$ 28 mil por mês para não fazerem nada.

Apresentaram os dados aqui e não apresentaram nenhuma planilha, de um orçamento de R\$ 79 bilhões. Depois vem com esse papo de que falta técnico. Se eu fui para a faculdade e aprendi a fazer uma planilha de Excel, se tem aplicativo que faz isso, como que uma Prefeitura não consegue apresentar os dados à população? Todo mundo só vem com dados aqui, mas parece que a gente só está no campo de opinião. Mas esse dinheiro, quem paga é a população.

Agora tem o Sampaprev para funcionários públicos, e tem funcionários públicos a ganhar R\$ 29 mil, então falaria com o Prefeito: “Olha, a gente não pode receber isso, porque falta funcionário público na cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Nivia Maria da Silva Miranda dos Santos.

**A SRA. NIVIA MARIA DA SILVA MIRANDA DOS SANTOS** – Bom dia a todos e todas. É importante estar aqui nesta audiência. Sou moradora do Jardim Jaqueline, sou líder comunitária e vim fazer um pedido especial a esta Casa.

Srs. Vereadores, Srs. Secretários, estou pedindo encarecidamente, como cidadã,

que vocês levem a sério a questão de segurança alimentar na cidade de São Paulo, principalmente no distrito do Butantã.

Não é justo nós, como eleitores, garantir a candidatura de vocês, sair para a rua amassando barro para que cada um de vocês possam ocupar uma cadeira nesta Casa, porque quando fazemos isso é com a intenção de construir uma cidade melhor. Mas o que estamos vendo é o pessoal do distrito do Butantã passando dificuldade, passando fome.

Falando de novo do Cresan, no Butantã, é uma vergonha a cidade de São Paulo ter apenas dois Cresans, e ainda ambos estão completamente destruídos. Também tem a situação das crianças dos CCAs, que não estamos aguentando mais. No dia 30 de julho, fomos a Subprefeitura do Butantã e fizemos um movimento falando sobre o Poder Público. De lá para cá, temos trabalhado arduamente, batendo em cada Secretaria.

Já fomos à Prefeitura de São Paulo, já fomos à SMADS, estamos negociando com o Subprefeito; mas, quando as coisas começam a se encaminhar, muda o pessoal. Mudou a Secretária de SMADS, Sra. Berenice, agora voltamos à estaca zero. Agora já mudou para o Secretário João Farias, volta para a estaca zero. Mas a fome não volta para a estaca zero, ela bate na nossa porta todos os dias.

O Circo Escola está fechado, os CCAs Gracinha e Clarisse estão fechados. Estamos falando de nove CEIs das crianças, ou mais.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Já foi protocolado com relação ao Circo Escola. É uma bandeira de luta desta Comissão e do Relator.

**A SRA. NIVIA MARIA DA SILVA MIRANDA DOS SANTOS** – Ok. Mas eu peço, por gentileza, a quem assumir algum cargo, que tenha a ombridade de cumprir mandato, que tenha a ombridade de realmente garantir o que vamos lá pedir, com muita dificuldade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Fica prejudicada a palavra dos Srs. Alessandro Azevedo, Ana Paula Carneiro, Flávia de Barros Pires, Dionizio Reis Siqueira, Naná Romero de Costa e Débora Dias.

Na audiência de amanhã, no sistema híbrido, poderão se colocar para falar. Iremos para as considerações.

Tem a palavra o Secretário Alexandre Modonezi.

**O SR. ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE** – Sr. Presidente, agradeço o convite de vir à Comissão, dizer que é muito bom vir a esta Casa e ter esse debate com outras pessoas. Então, todas as vezes que a gente for chamado, a gente virá, porque a boa intenção existe, mas ouvir e corrigir o trabalho é muito importante.

Hoje, nas Subprefeituras, nós temos uma liquidação de 72% dos nossos contratos. Isso ocorre porque estamos pagando o mês de setembro; a Administração Pública paga sempre dois meses à frente: as empresas entregam a nota fiscal e, 30 dias depois, a Secretaria da Fazenda faz a liquidação. Então, existe sempre um atraso para quem vê.

O total hoje liquidado do orçamento da Subprefeitura é de 72%. Com relação ao orçamento das Subprefeituras citadas: Itaim, Cidade Tiradentes, Pinheiros, todas elas se encontram em 68%, 69%, 70% de liquidação nesses contratos. Eu tirei agora pelo SOF – Sistema Orçamentário Financeiro.

Com relação ao que foi colocado do orçamento do serviço funerário, o serviço funerário não foi concedido; por isso, ele precisa ter orçamento para o ano que vem porque existem pagamentos a serem feitos, como: folhas de pagamento, segurança, limpeza, luz, água.

Foi autorizada pela Câmara e tem sido trabalhada pela Secretaria de Governo uma consulta pública em relação à concessão do serviço funerário. Mas, enquanto isso não acontecer, precisa ter orçamento para pagar os funcionários que lá estão e manter o serviço funerário funcionando.

O dia que houver concessão, não haverá orçamento previsto. Mas a Câmara Municipal tem responsabilidade com isso e, por isso, a existência de um orçamento para o ano que vem.

Com relação ao incêndio que aconteceu, o Subprefeito da Casa Verde estava no local no momento e acompanhou. Quando há uma tragédia dessa, quem coordena a ação é o

Corpo de Bombeiros, a ação é gerenciada pelo Coronel do Corpo de Bombeiros, que faz todo o gerenciamento da crise.

E a Subprefeitura estava presente acompanhando. A Subprefeitura acionou a Assistência Social para fazer o atendimento, também a Habitação para credenciamento e atendimento das famílias. E nós ainda continuamos no local acompanhando um trabalho de rescaldo e de limpeza.

Então, sobre a sua pergunta se nós estávamos no local e se foi feito algo, é que nós estávamos no local. Falei várias vezes com o Subprefeito sobre o que estava acontecendo.

Com relação à Subprefeitura deter todo o trabalho e interlocução da Cidade, é preciso de pessoas especializadas em cada assunto. A Subprefeitura é uma porta de entrada de demandas e um encaminhamento das Secretarias. É humanamente impossível ter, em todas as Subprefeituras, áreas específicas, técnicas, com profundidade. Por isso que a gente tem uma Secretaria de Habitação com técnicos para dar um melhor atendimento às demandas habitacionais.

A questão da zeladoria foi colocada com relação à questão de urbanização das comunidades. A Subprefeitura não faz a urbanização de comunidades, faz a limpeza das comunidades e a parte de zeladoria. E essa discussão de ampliar o trabalho das Subprefeituras, como está previsto na lei, passa pela Câmara Municipal, passa por uma discussão com a sociedade, também por um preparo e estruturação das Subprefeituras.

Hoje, aquilo que foi colocado como principal atividade das Subprefeituras é o que a gente tem desenvolvido. Nós investimos em tecnologias, em melhorar a gestão e reduzir prazos de atendimento, e isso foi conseguido. Tem muito a se fazer na cidade de São Paulo, pois é uma cidade com grande diferença social. O nosso maior papel é ajudar quem mais precisa, estar na gestão pública é ajudar quem mais precisa.

Nós temos uma cidade com desigualdade social muito grande, ao mesmo tempo que uma cidade rica, que precisa dar mais atenção às pessoas mais carentes. Isso tem sido o norte de todo o trabalho da Secretaria.

Com relação à Cosan, essa área veio para a Secretaria de Subprefeituras, estava sendo coordenada pelo Secretário João Farias, que ontem acabou se desligando e indo para a Secretaria de Habitação. E a grande missão dessa Coordenadoria é o fomento a toda informação às pessoas, a garantia de continuidade e informação.

Esse tem sido o foco, é uma atividade-meio ainda, o banco de alimentos faz o seu papel, que deve ser ampliado. Eu concordo com essa indicação, porque a nossa Cidade tem uma carência e a pandemia externalizou isso.

Sr. Presidente, vou encerrar por aqui porque tem mais dois Secretários importantes para falar pela Cidade. Agradeço a todos. Saber ouvir é uma necessidade de quem está na Administração Pública, e eu venho aqui com muita alegria de poder ouvi-los.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário. Tem a palavra o Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras.

**O SR. MARCOS MONTEIRO** – Sr. Presidente, grato por todos os comentários que foram feitos pela população, seja presencial ou virtual.

Alguns comentários foram feitos com relação à Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras. Eu só gostaria de comentar que nós entramos na Secretaria no início do ano e, como todos sabem, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras trabalha com grandes obras. Para a gente conseguir dar continuidade a cada uma dessas obras, a dar início a cada uma dessas obras, nós precisamos de bons projetos. Então, as ações que a gente realizou neste ano foi estruturar a Secretaria para preparar bons projetos e, a partir do ano que vem, a gente comece essas obras na rua.

Além disso, durante o ano, a gente procurou receber as demandas da população. O Sr. Mauro, por exemplo, comentou que nós tivemos reunião na Secretaria sobre uma drenagem em Cangaíba. Esse processo está em andamento, como todos outros que a gente vem conversando com as pessoas que nos procuram.

Então, eu garanto que esses resultados das obras, chegando nas áreas mais

periféricas, poderão ficar mais claros a partir do ano que vem. Nós estamos estruturando o nosso setor, até um setor interno de projetos, para a gente conseguir dar mais agilidade para as demandas da população e, com isso, cobrir as expectativas que são geradas.

É isso, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer mais uma vez e colocar à disposição a estrutura da Secretaria à população, aos Srs. Vereadores, que queiram trazer as demandas referentes aos assuntos pertinentes à Secretaria.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário Marcos Monteiro. Tem a palavra o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução de mais uma audiência pública, quero parabenizar os colegas Secretários, o Presidente do Serviço Funerário e todos e todas que participaram desta audiência de maneira muito ativa e mostraram conhecimento daquilo que estavam apresentando e souberam defender os seus pleitos.

Construir parceria com a sociedade civil é assim. A gente escuta as demandas e constrói soluções sempre num processo participativo do Poder Público: Administração direta, Prefeitura e a Câmara Municipal. Esse é mais um exemplo da construção bem-sucedida que estamos fazendo.

E sobre as menções que fizeram da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, eu tenho aqui a parte de iluminação pública, que nós já fizemos a troca das lâmpadas amarelas por LED em 96% da Cidade. E agora nós começamos um trabalho de expansão da rede de iluminação pública.

Sobre o desempenho do Fundurb e dos demais fundos, nós monitoramos o desempenho. Aqueles números apresentados aqui do Fundurb ou dos outros fundos das Operações Urbanas são valores estimados de arrecadação e, com isso, a destinação dos seus devidos investimentos. Lembrando sempre que quando há um superávit, a gente faz uma nova



pactuação com as Secretarias e com a sociedade civil através do conselho participativo de gestão do Fundurb e dos outros conselhos.

Fico à disposição e dizer que a gente estará atento às próximas solicitações.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem, Secretários. Muito obrigado a todos. Secretários estão liberados por hoje. Pode ser que, na demanda, ocorra mais uma audiência pública à frente, porque encavalou-se um pacote de maldades, que eu tenho que dizer aqui, e prejudicou a participação popular, de fato. Muito obrigado aos Secretários.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

---